



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS

TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 02/2023
DE 06 DE MARÇO DE 2022.

DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 03/2023 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023.

SANCIONO A PRESENTE LEI EM TODOS OS
 SEUS ARTIGOS PUBLIQUE SE REGISTRE-SE

10/03/2023
 HUGO DELEON DE CARVALHO COSTA
 PREFEITO MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Três Ranchos Estado de Goiás, regimentalmente aprovou o projeto de lei do executivo nº 03/2023, com emenda modificativa e aditiva, que, "Institui o programa Cidade Limpa, regulamentando o sistema de disposição e coleta de entulhos no âmbito deste município e dá outras providências."

Autoriza o poder Executivo Municipal a sancionar e promulgar a seguinte lei;

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Coleta de Entulhos no âmbito deste Município, de caráter ambiental e de saúde pública, tendo por objetivo a manutenção da limpeza e higiene da cidade, bem como à prevenção da proliferação do mosquito transmissor da dengue.

Art. 2º - Será obrigatório o uso de caçambas e ou outro mecanismo similar para a disposição de entulhos e restos de materiais de construção nesta cidade.

Art. 3º - Também não será permitido o uso de partes da rua e ou da calçada para armazenamento de materiais de construção, salvo nas hipóteses em que não houver outro local para tanto, podendo ser permitido dentro de um curto espaço de tempo.

Art. 4º - É vedado ao responsável pela produção do entulho:

I - expô-lo ou depositá-lo nos passeios, canteiros, ruas, jardins, praças ou quaisquer outros logradouros públicos, inclusive em lotes de terrenos de terceiros, salvo na forma permitida por esta Lei.

II - consentir que sejam colocadas caçambas de coleta de entulhos nas calçadas e vias públicas, salvo se não for possível fazê-lo no interior da obra ou do imóvel divisório de sua propriedade ou posse, inclusive de terceiro, e, neste caso, com autorização deste;

Art 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a destinar caçambas de forma estratégica em ruas e avenidas da cidade em dias determinados e divulgados para a população da localidade, para limpeza de lotes, quintais e terrenos baldios, para prevenção da proliferação do mosquito transmissor da dengue, bem como para manutenção da higiene e limpeza da cidade.

§ 1º - As caçambas também poderão ser destinadas à famílias de baixa renda, para retirada de entulhos de restos de materiais de construção, até o limite de duas (02) caçambas por ano.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS

TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

I) - se enquadra como família de baixa renda, conforme os critérios, e requisitos estabelecidos na lei municipal nº 1.039 de 04 de julho de 2011.

§ 2º - Para fornecimento das caçambas na cidade, o Poder Executivo poderá realizar o serviço diretamente e ou contratar empresa especializada para tanto.

Art. 6º - É vedado às empresas especializadas na coleta, transporte e depósito de entulhos:

I – colocar caçambas onde houver guia de calçada rebaixada (meio-fio) destinada à entrada ou saída de veículos;

II – colocar caçambas onde houver sinalização delimitadora de ponto de embarque ou desembarque de passageiros de transportes coletivos e ou escolares.

Art. 7º - As empresas especializadas no transporte de caçamba de coleta de entulhos deverão fazê-lo através de veículos adequados a esses tipos de atividades, com observância das condições mínimas de segurança, devendo ser tomadas as medidas e precauções que se fizerem necessárias para evitar danos a pessoas e a veículos que transitarem pelo local.

Art. 8º - Constituirá infração administrativa:

I - por parte do proprietário ou possuidor do imóvel onde se produz o entulho:

a) depositá-lo nos passeios, canteiros, avenidas, ruas, jardins, praças ou quaisquer outros logradouros públicos, inclusive em lotes de terrenos não edificados de propriedade ou posse particular, sem autorização deste;

b) permitir que seja utilizada caçamba de coleta e transporte de entulho em desacordo com as exigências desta Lei.

II - por parte da empresa especializada no fornecimento de terra e na coleta, transporte e depósito de entulho:

a) utilizar caçambas em desacordo com as exigências estabelecidas nesta Lei;

b) depositar entulho fora dos locais não autorizados previamente pela Administração Pública Municipal.

§ 1º - Na aplicação da pena, levará em consideração a natureza e gravidade da infração, a situação econômica e os antecedentes do infrator.

§ 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se reincidente aquele que, após ter sido condenado à prática de quaisquer das infrações estabelecidas neste artigo, cometer outra, da mesma natureza ou não, no prazo de 90 (noventa) dias.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS

TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

Art. 9º - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes do dispositivo violado, os infratores estão sujeitos, consecutivamente, às seguintes penalidades:

I - multa no valor de 320 (trezentas e vinte) Unidades Fiscais do Município – UFM, por cada caçamba de entulho retirada;

II – multa no valor de 400 (quatrocentas) Unidades Fiscais do Município – UFM, por cada caçamba de entulho retirada, no caso de reincidência;


Parágrafo único – Antes da aplicação de qualquer penalidade a pessoa que produzir entulho e o destacar em desacordo com esta Lei será notificado, e terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para dar a destinação correta do entulho.

Art. 10 - Os valores arrecadados com a aplicação de penalidade de multa serão revertidos para fundo municipal do meio ambiente

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente, suplementadas se necessário, na forma da lei.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

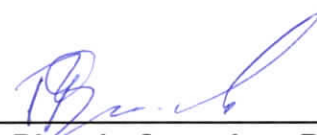
Sala das sessões da Câmara Municipal de Três Ranchos/Goiás, em 06 de fevereiro de 2023.



José Carlos Bernardes
Presidente



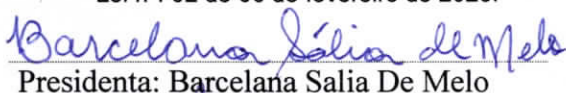
Divano Pereira Mundim
1º Secretário



Ricardo Gonçalves Rezende
2º Secretário

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,
 LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.

Opinamos pela aprovação do presente autografo de
 Lei nº. 02 de 06 de fevereiro de 2023.


 Presidenta: Barcelana Salia De Melo

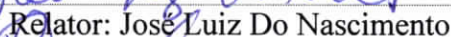

 Relator: João Henrique P. Borges Costa


 Membro: Vinicius Calaça Soares

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
 FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

Opinamos pela aprovação do presente autografo de
 Lei nº.02 de 06 de fevereiro de 2023.


 Presidente: Vinicius Calaça Soares


 Relator: José Luiz Do Nascimento


 Membro: Ricardo Gonçalves Rezende



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS

TRABALHO E TRANSPARÊNCIA

- PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Opinamos pela aprovação do presente autografo de
 Lei nº. 02 de 06 de fevereiro de 2023.

Wagner Carlota

Presidente: Wagner Carlota (CIDADANIA)

Ricardo G. Rezende
 Relator: Ricardo G. Rezende (CIDADANIA)

João Henrique P. B. Costa
 Membro: João Henrique P. B. Costa (PDT)

**PARECER DA COMISSÃO MISTA DE PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA
 POPULAR.**

Opinamos pela aprovação do presente autografo de Lei
 nº. 03 de 06 de fevereiro de 2023.

Jose Luiz do Nascimento

Presidente: JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO (PDT)

Wagner Carlota

Membro: Wagner Carlota (CIDADANIA)

- PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SERVIÇO SOCIAL.

Opinamos pela aprovação do presente autografo de Lei nº. 02
 de 06 de fevereiro de 2023.

Barcelana Salia De Melo

Presidenta: Barcelana Salia De Melo
 (CIDADANIA)

Jose Luiz do Nascimento

Membro: José Luiz Do Nascimento
 (PDT)